



A CRÍTICA DE QUINE À DISTINÇÃO ENTRE QUESTÕES INTERNAS E EXTERNAS DE EXISTÊNCIA DE CARNAP

Karen Giovana Videla da Cunha Naidon

Universidade Federal de Santa Maria - RS
karengvidela@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é proceder a uma breve reconstrução da crítica de Quine à distinção de Carnap entre questões internas e externas de existência, de modo a propiciar o esclarecimento de um dos pontos de divergência entre os dois autores. Na primeira parte do trabalho, será apresentada a distinção de Carnap – objeto de crítica – que constitui uma dicotomia entre perguntas de existência realizadas internamente a uma estrutura linguística e perguntas realizadas externamente, sendo as primeiras consideradas, pelo autor, como questões propriamente teóricas, enquanto as últimas seriam questões práticas concernentes à adoção de uma linguagem. Na segunda parte, então, será exposta a crítica de Quine, cuja base reside, sobretudo, em sua rejeição à distinção analítico-sintético.

Palavras-chave: Carnap. Quine. Questões internas de existência. Questões externas de existência. Distinção analítico-sintético.

QUINE'S CRITIQUE OF CARNAP'S DISTINCTION BETWEEN INTERNAL AND EXTERNAL QUESTIONS OF EXISTENCE

Abstract: *This paper aims to make a brief reconstruction of Quine's critique of Carnap's distinction between internal and external questions of existence, in order to clarify one of the points of divergence between the two authors. The first part of the paper, presents Carnap's distinction (which is the object of Quine's critique), which is a dichotomy between questions of existence made internally to a linguistic structure, and questions of existence made externally to a linguistic structure. The former questions are considered by the author as strictly theoretical, while the latter are considered as practical questions concerning the adoption of a language. The second part will expound on Quine's critique, whose base is focused especially on the rejection of the analytic-synthetic distinction.*

Keywords: *Carnap. Quine. Internal questions of existence. External questions of existence. Analytic-synthetic distinction.*

Introdução

O objetivo deste trabalho é proceder a uma breve reconstrução da crítica de Quine à distinção de Carnap entre questões internas e externas de existência, de modo a propiciar o esclarecimento de um dos pontos de divergência entre os dois autores. Tal distinção foi traçada por Carnap em seu escrito “Empirismo, Semântica e Ontologia”. Para este autor, dada uma estrutura linguística, poder-se-ia falar em “questões da existência de certas entidades [...] dentro da estrutura,” as quais ele chama “questões internas”; por outro lado, haveria também “questões concernentes à existência ou realidade da própria estrutura, chamadas questões externas” (CARNAP, 1975, p. 21-23). Segundo Carnap, questões externas diriam respeito a uma decisão acerca da adoção ou não da própria estrutura linguística, por meio da qual se possa falar sobre a entidade em questão. Sendo assim, tais questões, ao contrário das questões internas, não assumiriam um caráter teórico, mas sim prático. (CARNAP, 1975, p. 23)

Essa distinção procedida por Carnap, no entanto, acabou sendo criticada por alguns autores¹, dentre os quais Quine. Esse autor aponta duas razões pelas quais rejeita a distinção de Carnap: uma delas seria em função de que a distinção carnapiana depende da adoção de uma linguagem cuja notação diferencie entre variáveis aplicáveis a cada um dos tipos de entidade, adoção esta de caráter meramente tipográfico e sem relevância do ponto de vista lógico; e a outra razão é devido ao fato de que a distinção repousa, em última instância, sobre a distinção analítico-sintético, a qual também é rejeitada por Quine.

A fim de realizar a reconstrução pretendida, o presente trabalho será dividido em duas partes principais: na primeira delas, será apresentada a distinção entre questões internas e externas de existência e, na segunda parte, por fim, será exposta a crítica de Quine à referida distinção.

1 Distinção entre questões internas e externas de existência

A distinção entre questões internas e externas de existência foi traçada explicitamente por Carnap em seu escrito “Empirismo, Semântica e Ontologia”.² O ponto de partida do autor nesse escrito é a aparente incompatibilidade existente entre sustentar uma postura empirista e fazer referência a entidades abstratas por meio das expressões utilizadas na linguagem de uma teoria. Tal incompatibilidade decorreria do fato de que tal referência expressaria o endosso a uma ontologia de caráter platônico, isto é, uma ontologia que afirma a existência de entidades abstratas, o que não se coadunaria com o empirismo. Como Carnap observa, muitos empiristas mostraram-se relutantes em admitir esse tipo de entidade, por considerar que, ao assim proceder, estariam indo de encontro com o empirismo que sustentavam. (CARNAP, 1975, p.119)

¹ São exemplos autores como Susan Haack, Barry Stroud e Christopher Hookway.

² Há quem sustente, como Christopher Hookway, que a distinção entre questões internas e externas já estaria explicitamente presente em “Sintaxe Lógica da Linguagem” (1934). Graham Bird, por outro lado, sustenta que nesse escrito haveria apenas indicações de uma versão mais simples que a traçada em “Empirismo, Semântica e Ontologia”. Essa versão mais simples consistiria numa distinção entre aferir a verdade ou a falsidade e escolher uma linguagem, não tendo Carnap falado aí de questões internas e externas, segundo Bird (BIRD, 1995, p. 62).

O que ocorre é que, como Carnap coloca, é demasiado difícil evitar a referência a entidades abstratas no interior da ciência. Com efeito, a Matemática e a Física parecem não poder prescindir de expressões que se referem a entidades como números, funções, etc. Em particular, Carnap aponta para as discussões que surgiram no que atine à Semântica, na qual são usadas expressões que parecem ter como referência entidades como as propriedades e proposições. (CARNAP, 1975, p. 119-120)

A fim de mostrar que não há qualquer incompatibilidade entre o empirismo e a referência a entidades abstratas, Carnap recorre a uma distinção entre questões internas e externas de existência, o que é feito por meio de seu apelo à noção de “sistema de referência linguístico”.³

Conforme o autor, para que se possa falar acerca de determinado tipo de entidade, para que se possa dizer que entidades de determinado tipo são aceitas, seria necessário que a linguagem utilizada contivesse um sistema de referência linguístico para elas. Esse sistema deveria ser composto de um conjunto de expressões linguísticas que permitam a referência às entidades em questão, bem como de um conjunto de regras para o emprego de tais expressões. (CARNAP, 1975, p. 120)

Dentre essas expressões, deveriam constar dois tipos básicos. Um deles seria um termo geral aplicável a todas as entidades do tipo acerca do qual se deseja falar, de modo que todos os demais tipos de entidade sejam excluídos de sua extensão. Como um exemplo, pode-se citar o termo geral “número”. Essa expressão é aplicável a todos os números e apenas a eles, podendo-se, então, formular frases verdadeiras como “Cinco é um número” e “João não é um número”. Ademais, o sistema de referência deveria conter também um tipo de variável especialmente destinado a denotar as entidades em questão, o que permitiria formular frases gerais acerca destas. Desse modo, se as entidades que se pretende denotar são números (para seguir a mesma linha do exemplo anterior), poderiam ser formuladas frases verdadeiras como a seguinte: “Para pelo menos um x , x é um número e x não é primo” (que pode ser parafraseada como “Algum número não é primo”).⁴ Esses são os dois tipos de expressões indispensáveis para que se possa afirmar que determinado tipo de entidade é aceito por uma teoria. Se pretende-se, por outro lado, formular frases singulares em vez de gerais, bastaria substituir a variável e o quantificador por um termo singular, como um nome próprio, por exemplo. Dessa maneira, podem ser formuladas frases singulares como “Cinco é primo”, sendo “cinco” um nome próprio para um número em particular.⁵ (CARNAP, 1975, p. 127)

Tendo em vista que é necessário ter um sistema de referência linguístico para referir-se a um tipo de entidade, alguém que deseje introduzir um novo tipo de entidade em sua linguagem deveria introduzir, segundo Carnap, um sistema dessa

³ O termo utilizado por Carnap para “sistema de referência linguístico” é “*framework*”.

⁴ Nesta frase geral, além do quantificador existencial (representado, no exemplo, pelas expressões “para pelo menos um x ” e “algum”), há uma espécie de variável cujos valores são números, há o termo geral “número” e, além disso, há o termo geral “primo”, que expressa uma propriedade de alguns números segundo a qual são divisíveis apenas por si próprios e pelo número um.

⁵ A despeito da possibilidade de utilização de termos singulares, Carnap concorda com Quine no que tange ao fato de que a presença de um nome próprio para certo tipo de entidade, por exemplo, não significa que essa entidade tenha sido aceita. Para tanto, é necessário que haja um tipo de variável cujos valores sejam entidades do tipo em questão. (CARNAP, 1975, p. 127)

espécie para as novas entidades. (CARNAP, 1975, p. 120) Somente assim é que se poderia dizer que essas entidades são aceitas por aquele que utiliza a linguagem em questão, uma vez que o sistema de referência introduzido permite formular frases acerca delas.

Diante da explicação de Carnap do que seja um sistema de referência linguístico, pode-se, então, introduzir a sua distinção entre questões internas e externas de existência. As questões internas de existência seriam aquelas formuladas no interior de uma linguagem e seus sistemas de referência linguísticos. Por “formulada no interior” deve-se entender que essa linguagem é aceita e utilizada por aquele que formula a pergunta (quando da formulação da pergunta, pelo menos) e, desse modo, a resposta à mesma seguirá os critérios fornecidos pela própria linguagem. Caso se trate de um sistema de referência de caráter lógico, como o dos números, “pode-se encontrar respostas (...) através de métodos puramente lógicos” (CARNAP, 1975, p. 120), sendo que elas serão, portanto, analíticas; caso o sistema tenha natureza fatural, como o sistema das coisas e eventos observáveis, as perguntas podem ser respondidas por meio de métodos empíricos e suas respostas serão, via de regra, sintéticas.⁶ Assim, pode-se perguntar “Existe um número primo entre dois e vinte?” a partir de uma linguagem com um sistema de referência para os números. A resposta, positiva ou negativa, dependerá do que é formulado pela própria linguagem; dependerá, por exemplo, da definição que se dá para “primo”. Pode-se indagar ainda “Existem números?” (no sistema de referência linguístico), ao que se responderá de imediato positivamente, uma vez que, se a linguagem contém um sistema de referência para números, a existência de números a partir dessa linguagem será trivialmente verdadeira. A partir do sistema de referência para coisas e eventos observáveis, por outro lado, podem ser formuladas perguntas como “Existe uma folha de papel branco sobre minha escrivaninha?”, o que pode ser respondido através de investigação empírica. Do mesmo modo, pode-se formular a pergunta “Existem coisas observáveis?”, cuja resposta será positiva, analítica e trivial (pela mesma razão que o é a resposta à pergunta interna “Existem números?”).

Além das questões internas, podem ser propostas questões externas de existência, as quais seriam perguntas formuladas externamente ao sistema de referência, ou seja, perguntas que questionam a própria adoção do sistema de referência e que, portanto, devem ser respondidas sem o recurso aos critérios por ele fornecidos. Desse modo, pode-se perguntar “Há números?” ou “Há coisas observáveis?” tendo-se em vista uma resposta sobre se há tais entidades em geral, e não dentro de seus respectivos sistemas de referência. Uma pergunta interna como “Há números?” pode ser parafraseada como “Há números no sistema de referência linguístico para números?”, o que pode ser dito de modo análogo para a pergunta acerca das coisas observáveis. Se “Há números?” for formulada como uma questão externa, contudo, o que se pretende é questionar se os números existem em geral.

Carnap observa que, geralmente, o que se pretende com uma pergunta como “Existem Fs?” não é uma trivial questão interna, mas sim uma questão externa. Com

⁶ É dito *via de regra* e não *sempre* porque, como será visto a seguir, as respostas a algumas questões internas de existência para sistemas fatuais são analíticas, como, por exemplo, as respostas a perguntas como “Existem coisas observáveis?”. Sua resposta será uma consequência lógica do próprio sistema.

efeito, ao longo da história, podem ser encontrados vários exemplos de filósofos que questionaram a existência, em geral, de certo tipo de entidade. Alguns autores questionaram, por exemplo, a existência das coisas externas, e outros, ao levantarem dúvidas sobre a compatibilidade entre empirismo e a referência a entidades abstratas, acabaram por questionar, mesmo que não tenham declarado isso explicitamente, a existência em geral dos números, proposições, etc., o que tornaria injustificada, ou mesmo incoerente, a utilização de expressões que a eles se refiram.

Há que se ressaltar, no entanto, que a maneira como Carnap pensa que as questões externas deveriam ser entendidas difere do modo como esses outros autores a conceberam ao longo da história da Filosofia. Para compreender essa diferença, há que se ter em mente uma distinção que Carnap faz entre dois conceitos distintos de existência ou realidade: um deles *científico* ou *empírico* e o outro *metafísico*. O conceito científico de realidade é o que está em questão nas perguntas internas de existência (e em suas respectivas respostas) e consiste na pertença ao sistema de referência linguístico, no qual a pergunta é formulada. Por outro lado, o conceito metafísico de realidade, quando aplicado a certo tipo de entidade, atribuiria a ela uma realidade em geral, independente e externa a qualquer sistema de referência linguístico. É este conceito de realidade que está envolvido em questões externas de existência segundo a interpretação que lhes é conferida no bojo das discussões empreendidas por aqueles que indagam sobre a realidade do mundo das coisas, do mundo dos números, etc.

De acordo com Carnap, no entanto, é errôneo entender que o que está em questão em perguntas externas (e suas respectivas respostas) é o conceito metafísico de realidade, ou seja, a realidade de algo no sentido metafísico recém descrito. Isso porque, por sua pretensão ser geral e externa a sistemas de referência, o conceito metafísico de realidade carece de critério com recurso ao qual se possa decidir quando é correto atribuí-lo a determinado tipo de entidade. Talvez por essa carência, pode-se dizer, é que os debates nos quais é usado o conceito metafísico de realidade acabam sendo infundáveis, como historicamente pode ser constatado. Na verdade, Carnap pensa que a utilização desse conceito excede os limites do discurso cognitivo, teórico. Por essa razão, o autor alega que, se questões externas são interpretadas como indagações acerca da realidade metafísica de certo tipo de entidade, elas são, em verdade, pseudo-questões (e suas respostas, pseudo-proposições). Para o autor, as questões externas deveriam ser interpretadas de modo a não deixar a impressão de que possuem um sentido cognitivo, teórico.

Vale notar, neste momento, que a própria existência de tal conceito metafísico de realidade revela a diferença crucial entre o modo como Carnap e seus antecessores interpretaram as questões externas de existência. Quem entende que um conceito desse tipo é o que está em jogo em perguntas externas (e asserções) de existência reflete, em última instância, uma pretensão de revesti-las de caráter teórico. A atribuição de dito caráter, contudo, é justamente o que Carnap pretende negar. Este constitui, com efeito, o ponto central do modo como Carnap tenta dissolver os problemas metafísicos que historicamente intrigaram os filósofos, bem como mostrar que o empirismo é compatível com a referência a entidades abstratas.

Para Carnap, diferentemente das questões internas, as questões externas não poderiam ser consideradas questões teóricas. Ele pensa que as questões externas deveriam ser interpretadas, em verdade, como questões práticas sobre qual linguagem adotar, sobre se o sistema de referência para determinado tipo de

entidade será ou não introduzido. Quanto à decisão frente a esse tipo de questão, “somente se pode julgá-la como sendo mais ou menos expediente, frutífera, condizente com o fim para o qual se faz tender a linguagem”, ou seja, somente se pode julgá-la tendo em vista considerações pragmáticas. (CARNAP, 1975, p. 128) A aceitação de determinado sistema de referência, portanto, não requer uma justificação teórica, visto que não equivale à asserção de uma tese ontológica ou metafísica acerca da realidade ou não das entidades em questão. Diante desse caráter prático das questões externas, Carnap mantém um Princípio de Tolerância com respeito às formas linguísticas: já que não se tem critérios teóricos para decidir qual linguagem adotar, o autor propõe que a linguagem seja, então, livremente escolhida. (CARNAP, 1975, p. 134)

Em vista do exposto, pode ser compreendido o modo como Carnap tenta resolver o problema inicial de compatibilizar o empirismo e a referência a entidades abstratas. Para ele, não haveria aí incompatibilidade alguma, pelo fato de que a aceitação a uma dada entidade, ou seja, a introdução de um sistema de referência linguístico para ela, constitui uma decisão prática sobre quais formas linguísticas utilizar, para o que Carnap pensa que se deve ser tolerante. Desse modo, dita aceitação não equivaleria à asserção teórica de uma tese metafísica que afirma a realidade metafísica de algum tipo de entidade abstrata, o que, de fato, poderia não combinar com uma postura empirista.

2 A crítica de Quine à distinção entre questões internas e externas de existência

Quine dedica seu escrito “*On the Carnap’s Views on Ontology*” para expor sua crítica à distinção entre questões internas e externas de existência de Carnap. Nessa ocasião, o autor aponta duas razões pelas quais rejeita a distinção. Uma delas consiste no fato de que a distinção carnapiana dependeria da adoção de uma linguagem cuja notação diferencie entre variáveis aplicáveis a cada um dos tipos de entidade, adoção esta de caráter meramente tipográfico e sem relevância do ponto de vista lógico. A outra razão pela qual Quine rejeita a distinção reside na circunstância de ela repousar, em última instância, sobre outra distinção mais básica que também é rejeitada pelo autor, a saber, a distinção analítico-sintético.

2.1. Primeira razão apontada por Quine

A fim de apontar a primeira razão para o abandono da distinção carnapiana, que consiste no fato de ela depender de questões tipográficas logicamente irrelevantes, Quine reformula a distinção entre questões internas e externas em termos de outra distinção: a distinção entre questões de categoria e questões de subclasse. As primeiras seriam questões da forma “Há tais-e-tais?”, na qual “os tais-e-tais pretendem esgotar o âmbito de um tipo particular de variáveis ligadas.” (QUINE, 1951, p. 68) Assim, se se entender que uma determinada variável tem seu âmbito de aplicação restrito a certo tipo de entidade – por exemplo, números –, uma questão de categoria poderia ser “Há números?”. Com ela, pretende-se esgotar o âmbito de aplicação da variável em questão, já que se tem em vista todos os números, isto é, os números em geral. No caso das questões de subclasse, entretanto, não se pretende esgotar o âmbito da variável. Desse modo, poder-se-ia tomar como exemplo a questão “Há algum número primo entre os números 2 e 20?”.

Neste tipo de questão, não se está falando acerca de todos os números, ou seja, desse tipo de entidade de um modo geral, mas sim, ao contrário, está-se limitando o discurso a determinados números em particular (aqueles que estão entre os números 2 e 20), indagando se algum deles possui a propriedade de *ser primo*. Feita essa distinção, Quine, então, reformula as questões externas como questões de categoria propostas *antes* da adoção de uma determinada linguagem, e as questões internas como qualquer questão de subclasse e questões de categoria propostas *depois* da adoção de determinada linguagem, cuja resposta é conferida dentro da própria estrutura linguística em questão. Tais questões de categoria respondidas dentro da estrutura linguística terão, portanto, respostas ou trivialmente verdadeiras ou contraditórias. (QUINE, 1951, p. 69)

De acordo com Quine, a distinção carnapiana dependeria da adoção de uma linguagem cuja notação diferencie entre variáveis aplicáveis a cada um dos tipos de entidade. Com efeito, uma das condições para que haja um sistema de referência para certo tipo de entidade é que a linguagem contenha um tipo de variável especialmente destinado a denotar as entidades em questão, como anteriormente mencionado. Em não havendo tal diferenciação entre as variáveis, uma questão como “Há números?” passaria a ser uma questão de subclasse (e, portanto, uma questão interna), já que o âmbito da variável não estaria restrito a números e, assim, não se teria a pretensão de esgotar o âmbito da variável em questão⁷.

A opção de Carnap por essa compartimentalização básica das variáveis estaria amparada por seu recurso à “Teoria dos Tipos” de Russell. Contudo, Quine considera não haver razão para adotar uma teoria dos tipos. Ademais, mesmo que se adote uma teoria dos tipos, não se estaria obrigado a proceder a uma compartimentalização como a de Carnap. Nas palavras de Quine, “mesmo sob a teoria dos tipos, o uso de espécies distintas de variáveis, explícita ou mesmo implicitamente, é o mais casual detalhe editorial.” (QUINE, 1951, p. 70-71). A distinção entre questões de categoria e de subclasse, então, acaba por depender de questões de tipografia, que são irrelevantes do ponto de vista lógico. Como Quine coloca, “é uma distinção que não é invariante sob mudanças de tipografia logicamente irrelevantes.” (QUINE, 1951, p. 71). Diante dessa dificuldade, Quine entende que ela deveria ser abandonada.

2.2. Segunda razão apontada por Quine

A segunda e principal razão pela qual Quine rejeita a distinção entre questões internas e externas consiste no fato de ela depender da distinção analítico-sintético, a qual também é por ele rejeitada. De acordo com Quine, a distinção entre questões internas e externas seria desnecessária. Na verdade, a própria distinção analítico-sintético já seria suficiente para discernir questões metafísicas (questões que Carnap tentou enquadrar como externas) e questões de existência empírica (que Carnap tentou enquadrar como internas), o que constitui, conforme Quine, o

⁷ Na frase “Existem números.” (que pode ser parafraseada como “Para pelo menos um x , x é número.”), a variável abrange, não apenas números, mas também todas as demais entidades aceitas pela linguagem (que poderiam ser funções, coisas físicas observáveis, etc.). Sendo assim, a variável “ x ” não tem seu âmbito de aplicação esgotado, uma vez que, para tanto, ter-se-ia de incluir na frase, não apenas números, mas todas as demais entidades aceitas pela linguagem.

propósito pelo qual foi traçada a distinção entre questões internas e externas. De qualquer modo, a própria possibilidade de traçar uma linha demarcatória entre questões internas e externas dependeria da adoção da distinção analítico-sintético. Sendo assim, como Quine rejeita esta última distinção, ele acaba por rejeitar também a primeira. Diante disso, impõe-se discorrer brevemente sobre a maneira como se dá a mencionada dependência e, feito isso, apontar a razão da rejeição de Quine à distinção analítico-sintético.

2.2.1 Como se dá a dependência da distinção entre questões internas e externas com relação à distinção analítico-sintético?

A distinção analítico-sintético é uma dicotomia entre frases verdadeiras em virtude de seu *significado* – as frases analíticas – e frases verdadeiras em virtude dos *fatos* – as frases sintéticas. As primeiras seriam justificadas *a priori*, isto é, sem recurso à experiência, enquanto as últimas, *a posteriori*, ou seja, com recurso à experiência.

Assim como outros autores, Carnap assume essa distinção e, em conformidade com isso, sustenta que haveria, em uma linguagem ou estrutura linguística, um dado conjunto de frases que seriam analíticas. Tais frases seriam as próprias regras constitutivas da linguagem, bem como as frases que delas se seguem. As demais frases formuláveis na linguagem seriam, por sua vez, sintéticas. Para Carnap, o conjunto de frases constitutivas da linguagem seria nela introduzido em virtude de uma resposta favorável, por parte do elaborador da linguagem, a uma questão externa acerca de sua adoção ou não. Tal resposta, assim como as demais questões externas, constituiria uma decisão prática guiada por considerações pragmáticas. Desse modo, a introdução desse conjunto de frases acabaria por não requerer, nem admitir, justificção teórica. As frases sintéticas da linguagem, por outro lado, requerem essa espécie de justificção, a qual é possível pelo fato de que a pergunta acerca da verdade dessas frases é formulada no interior da estrutura linguística, que fornece critérios para a obtenção da resposta. Tal pergunta seria interna, logo, assim como as questões internas de existência.

Diante dessa distinção, poder-se-ia falar em duas espécies de revisões⁸ que podem ser feitas uma teoria: uma delas seria externa, consistiria em uma mudança de linguagem e seria determinada por considerações pragmáticas; a outra espécie de revisão seria interna, consistiria numa mudança teórico-conceitual e seria determinada por uma experiência que põe a frase revisada em questão. As revisões externas não admitiriam justificção teórica, diferentemente das revisões internas, que inclusive a requereriam.

Diante dessa breve explanação, pode-se perceber como o contraste entre questões internas e externas depende da distinção analítico-sintético. Caso se abandone a distinção analítico-sintético, as frases analíticas não terão mais o *status* privilegiado decorrente do fato de sua justificção dar-se *a priori*, isto é, sem recurso à experiência. Sem esse *status* epistêmico privilegiado, não se poderia fazer como Carnap, isolando um grupo de frases analíticas e dizendo que sua introdução na estrutura linguística (ou melhor, sua adoção para constituir uma estrutura linguística

⁸ Diferentemente de outros autores que sustentaram a distinção analítico-sintético, Carnap admitia a revisibilidade das frases analíticas *a priori*. Tal revisão, contudo, implicaria a mudança de linguagem. (SEVERO, 2007, p. 27)

diferente) não requer justificção teórica interna ao esquema. Se as frases analíticas não possuem mais *status* privilegiado do ponto de vista da justificção, então mesmo o conjunto de frases constitutivas da linguagem necessita ser, de algum modo, justificado teoricamente, a partir de uma perspectiva interna ao sistema. Se todas as frases da teoria requerem justificção teórica, então não se pode diferenciar questões externas, que dizem respeito à introdução de frases que dispensam essa forma de justificção, e questões internas, que dizem respeito a frases que requerem esse tipo de justificção.

2.2.2 A rejeição de Quine à distinção analítico-sintético e suas consequências para a distinção entre questões internas e externas

O artigo “Dois Dogmas do Empirismo”, de Quine, ficou famoso por sua rejeição ao que considerou “dogmas remanescentes do empirismo”, a saber, a distinção entre frases analíticas e sintéticas e o reducionismo, isto é, “a crença de que todo enunciado significativo é equivalente a algum constructo lógico sobre termos que se referem à experiência imediata.” (QUINE, 1975, p. 237) Nesse escrito, Quine sustenta que ambas as crenças são mal fundamentadas. (QUINE, 1975, p. 237)

Com relação à distinção analítico-sintético, em particular, Quine tenta mostrar que, até o momento, a distinção não havia sido traçada de modo preciso. Porém, mesmo que se pudesse traçar uma distinção desse tipo, Quine entende que a ela não se poderia atribuir um papel epistemológico como geralmente é feito⁹. Esta última restrição decorre da adoção, por parte do autor, de uma postura holista com respeito à confirmação, ou seja, de sua rejeição ao dogma do reducionismo.

Diante disso, o que Quine faz em “Dois Dogmas do Empirismo” não é propriamente tentar mostrar que é impossível traçar uma distinção entre frases analíticas e sintéticas. Ao rejeitar a distinção analítico-sintético, Quine rejeita, mais precisamente, que a ela seja atribuído um valor epistemológico, de modo que algumas frases, as analíticas, sejam consideradas privilegiadas do ponto de vista da justificção. Não se trata, portanto, de uma rejeição total, como observa Hylton.¹⁰ (HYLTON, 2007, p. 52)

A parte inicial de “Dois Dogmas do Empirismo” é dedicada ao exame de algumas tentativas de traçar uma distinção precisa entre frases analíticas e sintéticas. Tais tentativas pretendem esclarecer, definir a noção de analiticidade, de forma a poder distinguir precisamente frases que são analíticas de frases que não o são.

O primeiro intento analisado por Quine (1975, p. 239) é a definição da noção de analiticidade por recurso à noção de sinonímia. Nessa ocasião, são tomados dois

⁹ De acordo com Hylton, esse papel epistemológico foi, justamente, o que Carnap pretendeu ao endossar a distinção. (2007, p. 52-53) Segundo Hylton, a importância do papel epistemológico da distinção analítico-sintético para Carnap deve-se ao seu intento de explicar, no bojo de uma concepção empirista, a natureza do conhecimento matemático e lógico, os quais não parecem estar baseados na experiência. Para tanto, Carnap recorre à alegação de que se trata de verdades analíticas, cuja justificção é *a priori*. (HYLTON, 2007, p. 49)

¹⁰ Conforme Hylton, mesmo em “Dois Dogmas do Empirismo” Quine “deixa lugar para uma distinção para a qual ele dá o nome [de ‘distinção analítico-sintético’], e à época de *Roots of Reference* (1974) ele está explicitamente endossando uma.” (HYLTON, 2007, p.52).

exemplos de frases tradicionalmente consideradas analíticas: “Nenhum não casado é casado” e “Nenhum solteiro é casado.” No primeiro caso, não surgiriam dificuldades quanto à definição de analiticidade, pois a verdade da frase decorreria da mera forma como estão dispostos os termos.¹¹ O problema emergiria, de acordo com Quine, quando se pretende definir uma noção de analiticidade aplicável não apenas a verdades lógicas, como o exemplo recém citado, mas também a frases analíticas como “Nenhum solteiro é casado”. Se se apela para a mera forma lógica¹², no último caso, não se pode concluir que se trata de uma frase analítica. Para obter-se esta conclusão, faz-se necessário recorrer aos significados dos termos extralógicos, “solteiro” e “casado”. Com efeito, poder-se-ia concluir que a frase é analítica por poder ser transformada em uma verdade lógica através da substituição de termos sinônimos, termos que significam o mesmo. Assim, a frase acima citada poderia ser transformada em “Nenhum não casado é casado.” pela substituição de “solteiro” por “não casado”. Ao assim proceder, estar-se-ia recorrendo à noção de sinonímia a fim de definir a analiticidade. Tal procedimento, contudo, é rejeitado por Quine, pelo fato de que a noção de sinonímia também é obscura e carente de elucidação, tal como a de analiticidade, o que a tornaria imprestável para o objetivo de esclarecer esta última noção. (QUINE, 1975, p. 239)

Uma possibilidade de solução para essa dificuldade seria tentar aclarar a noção de sinonímia para, então, definir em termos dela a analiticidade. Quine analisa duas alternativas nesse sentido: definir a sinonímia por recurso à noção de definição, caso em que a sinonímia de dois termos seria criada por definição, e definir a sinonímia como a permutabilidade *salva veritate* de dois termos¹³. Entretanto, nenhuma dessas alternativas seria satisfatória, segundo Quine. A razão da insatisfatoriedade residiria, por um lado, no fato de que toda definição que tenha utilidade para definir a sinonímia (como a definição de dicionário, fornecida pelo lexicógrafo e a explicação) dependeria de sinonímias preexistentes¹⁴ e, por outro

¹¹ A frase citada, cuja simbolização parcial é “Nenhum não-F é F” será verdadeira sob qualquer interpretação dos termos extralógicos, que estão sendo representados por F.

¹² “Nenhum S é F.”

¹³ A permutabilidade *salva veritate* de dois termos pode ser descrita como a circunstância de um poder ser substituído pelo outro sem que seja alterado o valor de verdade da frase em que estão inseridos.

¹⁴ Recorrendo-se à noção de definição, poder-se-ia tentar transformar a frase problemática “Nenhum solteiro é casado” em uma verdade lógica afirmando-se que “solteiro” e “não casado” são sinônimos em virtude da definição do primeiro em termos do segundo. Quine examina, então, três espécies de definição. Primeiramente, o autor discorre sobre o recurso à definição de dicionário fornecida por um lexicógrafo. No entanto, tal definição constitui o mero relato de uma sinonímia preexistente instaurada pelo fato de as pessoas usarem os dois termos como sinônimos. Com isso, nada teria sido esclarecido a respeito do que seja a relação de sinonímia. Referida noção, então, permaneceria ainda obscura e, portanto, não poderia ser utilizada para definir a analiticidade. A segunda espécie de definição mencionada por Quine é a explicação. Diferentemente da definição do lexicógrafo, a explicação não constitui um mero relato de uma sinonímia preexistente. Na explicação de um dado conceito, toma-se o significado que ele possui em algum contexto considerado privilegiado e estipula-se que esse será seu significado em geral, isto é, também nos demais contextos, nos quais o conceito possuía um significado distinto desse. Com isso, o significado do conceito que está sendo definido acaba sendo refinado ou suplementado, como Quine coloca (1975, p. 240). Contudo, mesmo a explicação acaba por estar baseada em sinonímias preexistentes, ou seja, as que se dão em contextos privilegiados entre *definiendum* e *definiens*. Dada essa pressuposição, a noção de explicação não tem serventia para elucidar a noção de sinonímia. Há ainda um terceiro tipo de definição abordado por Quine, qual seja, “a introdução explicitamente convencional de novas notações para fins de pura abreviação” (QUINE, 1975, p. 241) Para o autor, esta espécie de

lado, no fato de que a permutabilidade *salva veritate*, ou não garantiria a sinonímia (quando aplicada a linguagens extensionais)¹⁵, ou pressuporia a analiticidade (quando aplicada a linguagens intensionais), cuja definição é justamente o que se pretendia obter após aclarar a noção de sinonímia.¹⁶

Outra possibilidade examinada por Quine é a tentativa de definir a analiticidade sem recurso à noção de sinonímia, apelando, em vez disso, para a noção de regra semântica. Quine examina tal tentativa pelo fato de haver quem entenda, assim como Carnap, que as dificuldades enfrentadas para determinar se uma frase é analítica advêm da vagueza da linguagem natural. Para eles, as frases analíticas poderiam ser facilmente identificadas em linguagens artificiais, que possuem regras semânticas explicitamente fixadas. Quine, porém, entende que as dificuldades atingiriam não apenas as linguagens naturais, mas também as artificiais. De acordo com Quine, embora até seja possível definir a analiticidade para uma linguagem em particular, surgiriam dificuldades quando da tentativa de definir a analiticidade em geral, de modo não restrito, dificuldades estas que surgiriam mesmo que a tentativa abarcasse tão somente linguagens artificiais. Como Quine argumenta, ao tentar definir a analiticidade em geral, qualquer que seja a forma como se entendam as regras semânticas, ou estar-se-ia pressupondo a noção de analiticidade que se pretende explicar, ou a de regra semântica, que é, do mesmo modo, obscura e carente de explicação. Desse modo, vê-se que o apelo a regras semânticas não é capaz de fornecer propriamente uma definição de analiticidade.

Após examinar e rejeitar todas essas tentativas de definir a analiticidade, Quine passa à consideração da Teoria Verificacional do Significado, a fim de averiguar se um apelo a ela poderia prover uma definição de sinonímia e, assim, da própria analiticidade.

definição, distintamente das anteriores, não pressupõe sinonímias anteriores. De fato, a sinonímia é criada arbitrariamente por meio da definição. Contudo, Quine não parece crer que ela seja útil para o propósito de definir a analiticidade.

¹⁵ Em linguagens extensionais, que excluem termos intensionais, como “necessariamente”, acabarão por surgir exemplos de termos permutáveis, mas não sinônimos. Quine utiliza como exemplo os termos “criaturas com coração” e “criaturas com rim” para sustentar que, apesar de haver entre eles um acordo extensional (o que, de fato, ocorria na época em que escreveu “Dois Dogmas do Empirismo”), o que implica a permutabilidade *salva veritate*, tal acordo seria devido, não a uma sinonímia, mas a acidentais questões de fato. Sendo assim, a permutabilidade não forneceria uma garantia para a sinonímia em linguagens extensionais. (QUINE, 1975, p. 242)

¹⁶ Em uma linguagem intensional, que contém, por exemplo, um advérbio como “necessariamente”, a sinonímia pode ser entendida como permutabilidade *salva veritate*. Na frase “Necessariamente, todos e apenas os solteiros são solteiros”, pode-se permutar “solteiro” por “não casado” e obter a frase “Necessariamente, todos e apenas os não casados são solteiros.” sem que o valor de verdade seja alterado. Nesse caso, a permutabilidade *salva veritate* que se dá garante a sinonímia dos termos “solteiro” e “não casado”, pois, pela presença do advérbio “necessariamente”, a frase que lhe segue (no caso, “todos e apenas os não casados são solteiros”) será analítica (já que é necessariamente verdadeira). Se tal frase é analítica, ou é uma verdade lógica, ou deve ter resultado da substituição de um dos termos por seu sinônimo (no caso, de “solteiro” por “não casado”). Contudo, tal explicação da sinonímia não seria aceitável para Quine, uma vez que pressupõe a própria noção de analiticidade, para cuja definição se pretendia usar a noção de sinonímia. Em verdade, a sinonímia no exemplo acima decorre, em última instância, da analiticidade da frase “Todos e apenas os não casados são solteiros”.

Para a Teoria Verificacional, “o significado de um enunciado é o método de infirmá-lo ou confirmá-lo empiricamente” (QUINE, 1975, p. 248). Dada essa noção de significado, duas frases seriam sinônimas, caso fossem semelhantes quanto aos métodos de infirmação e confirmação empírica. Essa noção de sinonímia de frases poderia, então, ser utilizada para definir a analiticidade. Poder-se-ia, como Quine (QUINE, 1975, p. 248) observa, considerar como analítica uma frase quando for sinônima de uma verdade lógica.¹⁷

Quine (1975) considera, entretanto, que o reducionismo constitui uma doutrina a ser abandonada. A razão para o autor sustentar essa postura reside em sua crença de que as frases que integram uma teoria não podem ser isoladamente confirmadas ou infirmadas pela experiência, mas apenas a teoria como um todo. Esta crença constitui, precisamente, o holismo epistemológico mantido por Quine.¹⁸

Quine observa, ademais, que até o momento não se conseguiu traçar precisamente uma linha demarcatória entre frases analíticas e sintéticas, e tampouco se conseguiu elaborar uma teoria para a confirmação empírica de frases isoladas. Como já mencionado, o autor considera a manutenção da distinção analítico-sintético, como também do reducionismo, como dogmas do empirismo, visto que ambos estão mal fundamentados. Como alternativa, ele propõe que se adote uma postura holista com respeito à confirmação e que, desse modo, se abandone a distinção analítico-sintético como uma forma de explicar o suposto status epistêmico privilegiado de algumas frases – as analíticas – as quais teriam sua justificação a priori.

Tendo em vista a alternativa que propõe, não seria mais possível, da perspectiva de Quine, discernir questões internas de externas. Se não há mais um conjunto de frases analíticas cujo *status* epistêmico é privilegiado, então não se poderia alegar que sua introdução na linguagem decorre de respostas a questões externas, que não requerem justificação teórica e que, portanto, devem-se unicamente a considerações pragmáticas.

Para Quine, uma frase é justificada quando pertence a uma teoria que, como um todo, ajusta-se às estimulações sensoriais¹⁹, o mesmo valendo para quaisquer

¹⁷ Quine aponta duas formas que, ao longo da história, teriam sido assumidas pelo verificacionismo. Uma delas seria um reducionismo radical, segundo o qual toda frase significativa seria traduzível em termos que se referem à experiência imediata. Tal seria, na interpretação de Quine (1975), o intento de Carnap em seu livro *Aufbau*. Outra forma assumida pelo verificacionismo consiste em um reducionismo mais moderado, que conserva a idéia de que, para cada frase isolada, poder-se-ia destacar um conjunto de eventos sensoriais que a confirmam e um conjunto de eventos que a infirmam. Esta última idéia, presente no reducionismo moderado, serviu de base, segundo Quine (1975), para os empiristas sustentarem uma dicotomia entre frases analíticas e sintéticas: as frases analíticas seriam aquelas que são confirmadas por quaisquer eventos sensoriais, isto é, aquelas cuja classe dos eventos sensoriais infirmadores é vazia. Sendo assim, diferentemente das demais frases, cuja verdade depende tanto de seu significado quanto dos fatos, as frases analíticas seriam verdadeira unicamente em virtude de seu significado.

¹⁸ Em obras posteriores, Quine enfraquece seu holismo inicial, que passa a assumir uma forma mais moderada. Em “*Two Dogmas in Retrospect*”, Quine declara, não que a teoria inteira seria confrontada com a experiência, mas sim porções consideráveis da teoria, porções que possuem implicações empíricas.

¹⁹ A noção de *estimulação sensorial* substitui, em Quine, noções como a de *dados dos sentidos*, que estavam presentes em empiristas que o antecederam. As estimulações, distintamente dos dados dos sentidos, não envolveriam a consciência do indivíduo; constituiriam tão somente um evento físico, que consiste em disparar alguns de seus receptores sensoriais.

frases. Por outro lado, quando do surgimento de uma estimulação sensorial à qual a teoria não se conforma, esta deverá ser reajustada e algumas de suas frases serão revisadas. Contudo, no holismo quineano resta uma margem de liberdade para a escolha entre diferentes formas de reajustar a teoria, ocasião em que se costuma recorrer a considerações pragmáticas. (SEVERO, 2007, p. 29)

Conclusão

Diante do exposto, pode ser percebido que Quine, ao abandonar a distinção analítico-sintético, abandona também a possibilidade de traçar uma distinção entre questões externas e internas, uma vez que tanto considerações pragmáticas quanto os fatos são determinantes para a aceitação de qualquer frase em uma teoria, na visão do autor. Além disso, como ele observa, a distinção carnapiana dependeria da adoção de uma linguagem cuja notação diferencie entre variáveis aplicáveis a cada um dos tipos de entidade. No entanto, na medida em que essa adoção possui caráter meramente tipográfico e carece de relevância do ponto de vista lógico, a distinção entre questões internas e externas, que dela depende, restaria também, ao que parece, injustificada na visão de Quine.

Poder-se-ia, é claro, questionar a aplicabilidade da crítica de Quine à distinção carnapiana. Poder-se-ia, por exemplo, colocar em questão sua tese holista e tentar reformular a distinção entre questões internas e externas de um modo que não dependa da adoção de uma linguagem cuja notação diferencie entre variáveis aplicáveis a cada um dos tipos de entidade. Entretanto, não se pretende aqui avaliar a aplicabilidade da crítica de Quine e tampouco aferir as possibilidades de resposta disponíveis, mas tão somente reconstruir tal crítica a fim de esclarecer o ponto em que ele e Carnap divergem, o qual parece repousar, em última instância, sobre suas divergentes visões acerca da distinção analítico-sintético.

* * *

Referências

- BIRD, G. Carnap and Quine: internal and external questions. In: **Erkenntnis**, n. 42, p.41-64, 1995.
- CARNAP, R. Empirismo, Semântica e Ontologia. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975.
- HYLTON, P. **Quine**. New York: Roudledge, 2007.
- QUINE, W. On Carnap's Views on Ontology. In: **Philosophical Studies**. n. 5, p.65-72, 1951.
- _____. Dois Dogmas do Empirismo. In: **Os Pensadores: Ryle / Austin / Quine / Strawson**. Trad. de Oswaldo Porchat Pereira da Silva e Andréa Maria Altino de Campos Lopairé. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- _____. Two dogmas in retrospect. In: **Canadian Journal of Philosophy**. v. 21, n. 3, p. 265-274, 1991.

SEVERO, R. P. O princípio de não-contradição é revisável? In: **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 26, jan./jun. 2007.